

CENTRO UNIVERSITÁRIO UNINOVAFAPÍ
CURSO DE GRADUAÇÃO EM ARQUITETURA E URBANISMO

ILANA MARIA PEREIRA PAULINO

**CASA DA MULHER: Centro de Referência e Apoio à Mulher em Situação de
Violência para cidade de Barra do Corda - MA**

TERESINA – PI
2022.1

ILANA MARIA PEREIRA PAULINO

**CASA DA MULHER: Centro de Referência e Apoio à Mulher em Situação de
Violência para cidade de Barra do Corda - MA**

Trabalho de Conclusão de Curso
apresentado ao Centro Universitário
UNINOVAFAPI como requisito avaliativo
para a obtenção do grau de bacharel em
Arquitetura e Urbanismo.

Orientadora: Prof(a). Ma. Karina Maria
Ferraz dos Santos Cadena

FICHA CATALOGRÁFICA

P328c Paulino, Ilana Maria Pereira.

Casa da mulher: Centro de referência e apoio à mulher em situação de violência para cidade de Barra do Corda - MA. Ilana Maria Pereira Paulino. – Teresina: Uninovafapi/Afya, 2022.

Monografia (Graduação em Arquitetura e Urbanismo) – Centro Universitário UNINOVAFAPI, Teresina, 2022.

97. p.; il. 23cm.

Orientador (a): Prof. Ma. Karina Maria Ferraz dos Santos Cadena. Centro Universitário UNINOVAFAPI, 2022.

1. Violência de gênero. 2. Acolhimento. 3. Proposta arquitetônica. I. Título. II. Cadena, Karina Maria Ferraz dos Santos.

CDD 720

Catálogo na publicação
Antonio Luis Fonseca Silva – CRB/1035
Francisco Renato Sampaio da Silva – CRB/1028

ANEXO 08

ATA E LISTA DE PENDÊNCIAS DA BANCA EXAMINADORA FINAL

Aos **22 dias do mês de novembro**, às **20:30**, ocorreu a apresentação de Trabalho de Conclusão de Curso de Graduação de Arquitetura e Urbanismo do Centro Universitário UNINOVAFAPÍ, da aluna **ILANA MARIA PEREIRA PAULINO** que apresentou o trabalho intitulado: **CASA DA MULHER: Centro de Referência e Apoio à Mulher em Situação de Violência para cidade de Barra do Corda - MA**, sob orientação da Professora Orientadora **Mestra Karina Maria Ferraz dos Santos Cadena**. O trabalho apresentado foi avaliado por 03 examinadores, tendo sido a banca presidida pelo professor orientador. A aluna submeteu previamente seu TCC para avaliação (Monografia + Memoriais + Pranchas de Projeto) e relatou oralmente seu trabalho à banca de examinadores nesta data, que após a arguição deram seu parecer.

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO PARECER DA BANCA:

- [1] Considerar-se-a **SEM PENDÊNCIAS** o trabalho que obtiver **NF $\geq$ 7,0** (igual ou superior a sete pontos).
- [2] Considerar-se-a **PENDENTE** o trabalho que obtiver **NF $\geq$ 6,0 < 7,0** (igual ou superior a seis e inferior a sete pontos).
- [3] Considerar-se-a **NÃO APROVADO** o trabalho que obtiver **NF < 6,0** (inferior a seis pontos).

_PARECER DA BANCA quanto ao trabalho entregue e apresentado, emitido em **DATA: 22/11/2022**. Na oportunidade, esta Banca Examinadora Final considerou o trabalho **SEM PENDÊNCIAS**, com **NOTA FINAL (NF) igual a 100 PONTOS**.

Após parecer, e com base no atendimento das pendências (se apontadas), foi estabelecido o conceito final do aluno, conforme orientações abaixo listadas.

ORIENTAÇÕES PARA PREENCHIMENTO DO CONCEITO FINAL (CF) DO ALUNO:

- [1] No caso de trabalho **SEM PENDÊNCIAS**, o aluno deverá ter Conceito Final (CF) igual a **APROVADO**, emitido na data da banca.
- [2] No caso de trabalho **PENDENTE**, o aluno terá sete dias corridos a partir da data da banca para apresentar as correções solicitadas. Para alunos nesta condição, o Conceito Final (CF) só poderá ser emitido após verificação das pendências, podendo ser **APROVADO COM RESSALVAS** ou **NÃO APROVADO**. O aluno que obtiver a mudança de grau de **PENDENTE** para **APROVADO COM RESSALVAS** terá sua NF alterada para 7,0 pontos no histórico.
- [3] No caso de trabalho **NÃO APROVADO** no dia da defesa, logo após apresentação, o aluno

deverá ter Conceito Final (CF) emitido na data da banca igual a **NÃO APROVADO**.

_ **CONCEITO FINAL (CF)**, emitido em **DATA: 22/11/2022**

☒ **APROVADO**

☐ **APROVADO COM RESSALVAS**

☐ **NÃO APROVADO**

LISTA DE RECOMENDAÇÕES

(NÃO OBRIGATÓRIO)

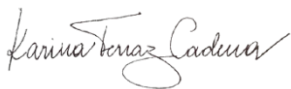
LISTA DE PENDÊNCIAS

(OBRIGATÓRIO, a aprovação do aluno fica condicionada ao atendimento das pendências aqui listadas)

ASSINATURA DA BANCA

Teresina, **22** de **NOVEMBRO** de **2022**.

Professor Orientador:



Professor Avaliador:



Convidado Externo:



Aluno:



Dedico este trabalho a minha família, aos meus pais Adriana e José Wilame e as minhas irmãs Camila e Giovanna que me deram todo o suporte necessário, financeiro e emocional, para que eu pudesse realizar o sonho de arquiteta e urbanista.

AGRADECIMENTOS

Agradeço em primeiro lugar, a Deus, pela minha vida, e por me permitir ultrapassar todos os obstáculos encontrados ao longo da realização deste trabalho e durante todos os meus anos de estudos.

Aos meus pais, Adriana e José Wilame por nunca terem medido esforços para me proporcionar um ensino de qualidade por todos esses anos.

As minhas irmãs, Camila e Giovanna, em especial Camila, por ser minha base em Teresina e por toda paciência durante meus momentos de esgotamento, pelo carinho e cuidado.

Aos amigos, que sempre estiveram ao meu lado, pela amizade e pelo apoio demonstrado ao longo de todo o período de tempo em que me dediquei a este trabalho.

Às pessoas com quem convivi ao longo desses anos de curso, em especial Ana Maria e Luis Felipe que me incentivaram e que certamente tiveram impacto na minha formação acadêmica.

A minha querida professora Karina Ferraz, por ter sido minha orientadora e ter desempenhado tal função com dedicação e amizade.

Resumo:

A violência de gênero tem crescido assustadoramente e no Maranhão esses índices tem apresentado essa alta nos últimos anos tanto na zona metropolitana quanto nas cidades do interior do estado, tal como Barra do Corda, situada a 442 km de distância da capital São Luís, para a qual torna-se relevante uma proposta de criação de um Centro de Referência para complementar os equipamentos existentes que atuam na defesa do ser feminino. O objetivo é de propor a criação de um equipamento público na cidade de Barra do Corda-MA, nomeado de Casa da Mulher: Centro de Referência e Apoio à Mulheres. A metodologia é baseada na literatura sobre o tema e também em levantamentos bibliográficos e análise de referenciais teóricos, como exemplo da Lei Maria da Penha - Lei 11340/06, de 7 de agosto de 2006; o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, entre outros. Já para a elaboração do projeto, procedeu-se o estudo dos condicionantes físico-ambientais do terreno e de demais aspectos relevantes ao desenvolvimento da proposta arquitetônica. A perspectiva é construir ambiente confiáveis e acolhedores que sejam integrados à rede de apoio já existente e permitam o adequado tratamento da mulher vítima de violência.

Palavras-chave: Violência de gênero. Acolhimento. Proposta Arquitetônica

Abstract:

Gender violence has grown alarmingly and in Maranhão these rates have increased in recent years both in the metropolitan area and in cities in the interior of the state, such as Barra do Corda, located 442 km away from the capital São Luís, for which becomes relevant a proposal for the creation of a Reference Center to complement the existing equipment that acts in the defense of the feminine being. The objective is to propose the creation of a public facility in the city of Barra do Corda-MA, named Casa da Mulher: Reference and Support Center for Women. The methodology is based on the literature on the subject and also on bibliographic surveys and analysis of theoretical references, such as the Maria da Penha Law - Law 11340/06, of August 7, 2006; the 2020 Brazilian Public Security Yearbook, among others. For the elaboration of the project, the study of the physical-environmental conditions of the land and other aspects relevant to the development of the architectural proposal was carried out. The perspective is to build reliable and welcoming environments that are integrated into the existing support network and allow for adequate treatment of women victims of violence.

Keywords: Gender violence. Reception. Architectural Proposal

LISTA DE FIGURAS

Figura 01: Serviços da Rede por Município.....	10
Figura 02: Gráfico Comparativo de crimes mensais nos anos de 2020 e 2021...	11
Figura 03: Casa Eliane de Grammont, São Paulo.....	21
Figura 04: A Casa da Mulher Brasileira, São Luís – MA.....	22
Figura 05: Fluxograma de Atendimento.....	24
Figura 06: Fechada externa protetora.....	26
Figura 07: Fachada interna com jardim central.....	26
Figura 08: Esquema da disposição dos ambientes.....	26
Figura 09: Acessos principais ao abrigo.....	28
Figura 10: Acessos principais ao abrigo.....	28
Figura 11: Entorno do abrigo.....	29
Figura 12: Fachada.....	30
Figura 13: Esquema da disposição dos serviços oferecidos na Casa da Mulher	32
Figura 14: Entorno e acessos à Casa da Mulher Brasileira.....	32
Figura 15: Pátio central a Casa da Mulher Brasileira.....	34
Figura 16: Fachada frontal e posterior.....	34
Figura 17: Setorização	36
Figura 18: Acessos a edificação	37
Figura 19: Pátio para secagem de castanhas.....	38
Figura 20: Elementos arquitetônicos da volumetria.....	39

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	13
2	JUSTIFICATIVA	14
3	OBJETIVOS	18
3.1	GERAL	18
3.2	OBJETIVOS ESPECÍFICOS	18
4	METODOLOGIA.....	19
5	REFERENCIAL TEÓRICO	20
5.1	Violência contra mulher: perspectiva histórico-cultural	20
5.2	Violência contra as mulheres e a lei Maria da Penha	22
5.3	Situação De Violência em Barra do Corda – MA	24
5.4	Centro de Referência e Apoio a Mulheres em Situação de Violência	25
6	REFERENCIAL PROJETUAL.....	30
6.1	INTERNACIONAL - ABRIGO PARA VÍTIMAS DE VIOLÊNCIA DOMÉSTICA..	30
6.1.1	Informações Gerais do Projeto.....	30
6.1.2	Histórico	30
6.1.3	Conceito e partido arquitetônico.....	31
6.1.4	Programas de Necessidades	32
6.1.5	Acessos e Implantação	33
6.1.6	Entorno	34
6.1.7	Aspectos Espaciais	34
6.1.8	Aspectos Plásticos e Volumétricos	35
6.1.9	Correlação entre Análise e Proposta Arquitetônica.....	35
6.2	NACIONAL - CASA DA MULHER BRASILEIRA.....	35
6.2.1	Informações Gerais do Projeto.....	35
6.2.2	Histórico	36
6.2.3	Conceito	36
6.2.4	Partido Arquitetônico	36
6.2.5	Programas de Necessidades	37
6.2.6	Acessos e Implantação	37
6.2.7	Entorno	38
6.2.8	Aspectos Espaciais	38
6.2.9	Aspectos Plásticos e Volumétricos	39
6.2.10	Correlação entre Análise e Proposta Arquitetônica.....	40

6.1 REGIONAL - SEDE CASTANHAS DE CAJU	40
6.3.1 Informações Gerais do Projeto.....	40
6.3.2 Histórico	40
6.3.3 Conceito	40
6.3.4 Partido Arquitetônico	41
6.3.5 Programas de Necessidades	41
6.3.6 Acessos e Implantação	42
6.3.7 Entorno	42
6.3.8 Aspectos Espaciais	42
6.3.10 Correlação entre Análise e Proposta Arquitetônica.....	44
REFERÊNCIAS.....	45

1 INTRODUÇÃO

A violência contra a mulher também pode ser intitulada de violência de gênero ou violência doméstica. A palavra violência quando acompanhada do termo gênero qualifica as relações praticadas entre homens e mulheres formados por contextos políticos, culturais, sociais e econômicos e não por uma determinação biológica. (SCARDUELI, 2012).

A violência contra a mulher ultrapassa aspectos geográficos e pode ser identificada em diversos locais, principalmente por meio dos serviços de acolhimento e manutenção de direitos representados pelas delegacias e centros de referência, além de outros órgãos judiciais como Ministério Público, por exemplo.

Conforme Coelho, et al (2022), a violência de gênero tem crescido assustadoramente e no Maranhão esses índices tem apresentado essa alta nos últimos anos tanto na zona metropolitana quanto nas cidades do interior do estado.

Em Barra do Corda, situada a 442 km de distância da capital São Luís, a população é estimada em 88.895 (IBGE, 2021). A cidade dispõe de dois equipamentos públicos que atendem mulheres em situação de vulnerabilidade, a Delegacia Especializado no Atendimento da Mulher (DEM) e o Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Com aumento dos índices de violência relatados por Coelho et al (2022), torna-se relevante uma proposta de criação de um Centro de Referência para complementar os equipamentos existentes que atuam na defesa do ser feminino.

O presente trabalho tem a finalidade de propor a criação de um equipamento público na cidade de Barra do Corda-MA, nomeado de Casa da Mulher: Centro de Referência e Apoio à Mulheres. Esse equipamento oferece à mulheres em situação de violência, acolhimento, atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico necessário à superação da situação de violência sofrida, segundo a Norma Técnica de Uniformização (2006).

A metodologia do trabalho é baseado na literatura sobre o tema e também em levantamentos bibliográficos e análise de referenciais teóricos, como exemplo da Lei Maria da Penha - Lei 11340/06, de 7 de agosto de 2006; o Anuário Brasileiro de Segurança Pública de 2020, entre outros. Já para a elaboração do projeto, procedeu-se o estudo dos condicionantes físico-ambientais do terreno e de demais aspectos relevantes ao desenvolvimento da proposta arquitetônica.

2 JUSTIFICATIVA

No decorrer da história, a mulher teve uma posição de submissão e inferioridade em relação ao sexo masculino. O reconhecimento dos direitos das mulheres é fruto de um longo processo histórico.

Segundo Rago (2015), o crescimento e a expansão dos movimentos feministas no Brasil reflorescem quando participaram da luta contra ditadura militar. A luta por direito a equidade de gênero existe há muito tempo e se fez ainda mais presente a partir de 1970 com o fortalecimento dos movimentos sociais. Resultante destes, na década de 80, foram implantadas as primeiras políticas públicas com recorte de gênero. Apesar de continuarem progredindo ano após ano, ainda são insuficientes para erradicar os altos índices de agressões e feminicídio contra mulheres.

De acordo com a Convenção de Belém do Pará (1994, p. 1), “[...] A violência contra a mulher permeia todos os setores da sociedade, independentemente de classe, raça ou grupo étnico, renda, cultura, idade ou religião[...]” e essas altas estatísticas de violência, seja de cunho psicológico, físico, moral ou patrimonial que ocorrem nos dias atuais se deve a subordinação de gênero, pois especialmente nas civilizações antigas e medievais do ocidente as relações se davam com base nas concepções sociais a respeito de características físicas dos indivíduos, impondo às mulheres a responsabilidade pelas atividades domésticas e matrimoniais (POLITIZE,2021).

Nas últimas décadas o movimento feminista tem gerado grande pressão sobre os governos com a finalidade de implementar políticas públicas voltadas ao combate à violência contra a mulher. De acordo com essas posições sociais impostas no passado alguns direitos básicos eram ignorados. Nesse sentido, o Art.2º da lei 11.340, de 07 de agosto de 2006 (BRASIL, 2006) estabelece que:

Serão asseguradas às mulheres as condições para o exercício efetivo dos direitos à vida, à segurança, à saúde, à alimentação, à educação, à cultura, à moradia, ao acesso à justiça, ao esporte, ao lazer, ao trabalho, à cidadania, à liberdade, à dignidade, ao respeito e à convivência familiar e comunitária.

Barra do Corda é um município do Maranhão está localizada no centro geográfico do estado, situada a 442 km de distância da capital São Luís. A população é estimada em 88.895 (IBGE, 2021). A cidade também é conhecida por seu potencial turístico, sobretudo por ser banhada por dois rios, o Corda e o Mearim, com várias

cachoeiras e corredeiras de águas limpas. O balneário Guajajaras tem grande destaque, sendo um dos mais visitados, pois nesse local acontece o encontro das águas claras e escuras dos rios Mearim e Rio Corda que banham a cidade.

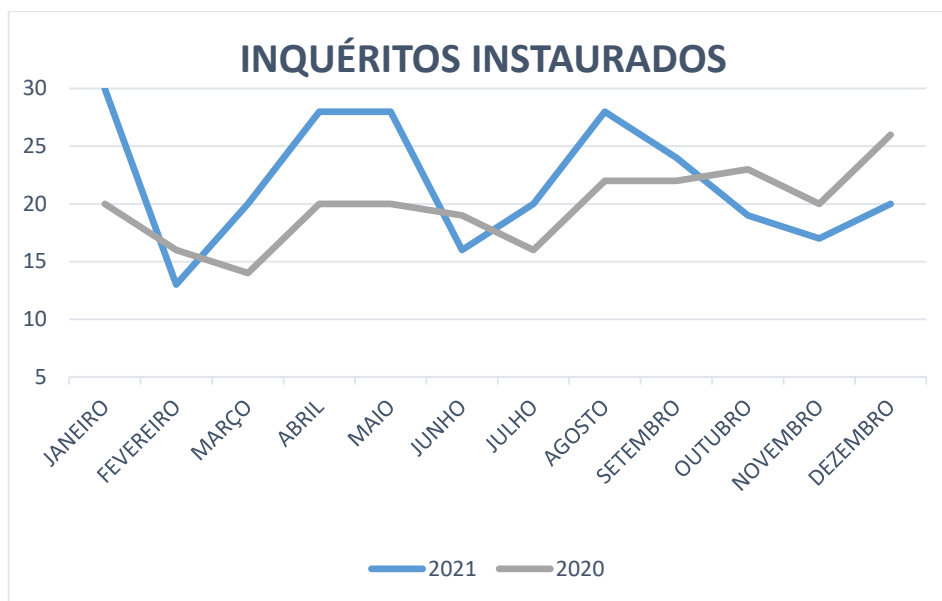
Sabe-se, segundo a Carta de Serviço, de 2014, (Figura 01) que em Barra do Corda existe apenas dois serviços que amparam a mulher nessa situação, como a Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher (DEM) - um dos equipamentos disponíveis que atuam na defesa e combate do ser feminino - e Centro de Referência Especializado de Assistência Social (CREAS). Ambos, são de grande importância pois acolhem essas mulheres, embora seja necessário medidas mais gerais que previnam e tratem as consequências do problema.

Figura 01: Serviços da Rede por Município

DEAM	Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher Delegado: Alessandro de Oliveira Passos Dias Endereço: Praça Melo Uchoa, S/N – Centro – CEP: 65.950-000 Tel.: (99) 3643-2852/3643-1285/3643-3970
CREAS	Coordenadora: Rozangela da Almeida da Silva Endereço: Avenida Missionária Perrin Smith, S/N – Vila Canadá – CEP: 65.950-000 Tel.: (99) 3643-2333 Email: sasbdc@gmail.com

Fonte: Carta de Serviços, 2014, p. 20

O município de Barra do Corda apresenta um índice preocupante de violência contra as mulheres. O gráfico abaixo reflete os dados coletados na Delegacia Especializada no Atendimento da Mulher (DEM) nos anos de 2020 e 2021, nota-se uma semelhança nas variações mensais nas linhas correspondentes de cada ano, no entanto, o gráfico também mostra que os números de crimes relacionados a mulher tem aumentado.

Figura 02: Gráfico Comparativo de crimes mensais nos anos de 2020 e 2021.

Fonte: Delegacia da Mulher – Barra do Corda

Constata-se que a violência no município é existente justificando a importância de um Centro de Referência e apoio as mulheres em Barra do Corda. É necessário que haja investimento em um local específico como este que acolha as mulheres vítimas de violência e também seus filhos, que ofereça especialidades distintas como atendimento psicológico, social e jurídico para receber e ajuda-las a evitar essa situação, um espaço que possa ir além dos serviços ofertados pelo município como CRAS e DEM. Afinal, os Centros de Referências são essenciais no programa de prevenção e enfrentamento à violência contra a mulher.

No Maranhão, existem alguns Centros de Referência. Na capital, segundo a Plataforma Mulher Segura (202?) a Casa da Mulher Brasileira de São Luís abriga o Centro de Referência de Atendimento à mulher em Situação de Violência (CRAMSV), no qual oferece um atendimento interdisciplinar (psicológico, social, jurídico, de orientação e informação). O órgão atua em conjunto com a Secretaria Municipal de Segurança com Cidadania (SEMUSC) e integra a Rede Amiga da Mulher. O Centro de Referência mais próximo de Barra do Corda dista 199 km, localizado em São João do Sóter.

O Centro de Referência, em Barra do Corda, objetiva encorajar mulheres a buscar independência financeira, capacitando-as para o mercado de trabalho, além de oferecer suporte psicológico, jurídico e educacional e acolhimento para seus filhos e dependentes.

A escolha do tema aconteceu pelo sensibilidade que o tema causa e pelo sentimento de sororidade com mulheres que são violentadas e abusadas diariamente. Muitas destas não possuem um local seguro para se abrigar quando as agressões e situação de opressão ocorrem, bem como pela falta de apoio e recursos para sair dessa situação de violência.

3 OBJETIVOS

3.1 Geral

Desenvolver um projeto de um Centro Referência e Apoio à Mulheres em Situação de Violência na cidade de Barra do Corda – MA capaz de oferecer atendimento, auxílio e amparo às mulheres vítimas de violência.

3.2 específicos

- Implementar um centro de referência com espaços que possa fornecer suporte psicológico, jurídico e educacional as mulheres em situação de violência;
- Promover a concepção de um espaço humanizado de acolhimento para a vítima, filhos e dependentes que possam recepciona-los por tempo determinado;
- Proporcionar um local, que ofereça cursos técnicos na área de empreendedorismo, que capacitem essas mulheres em situação de vulnerabilidade para o mercado de trabalho.

4 METODOLOGIA

A pesquisa desenvolvida é de carácter qualitativo e exploratório, visando o aprofundamento da temática e suas particularidades. Os dados obtidos nesse trabalho foram colhidos a partir de pesquisas bibliográficas, artigos especializados, sites e livros. Os procedimentos a serem aplicados nesse trabalhos foram organizados em cinco etapas.

1. Levantamento bibliográfico: nessa etapa inicial foi realizada uma revisão bibliográfica sobre a situação de mulheres vítimas de violência no Brasil. Posteriormente, coletou-se dados gerais e no município de Barra do Corda acerca da violência contra mulheres. Serão analisadas pesquisas relacionadas a mulher como a cultura patriarcal e sua relação com a mulher, feminicídio e lei Maria da Penha para embasar a elaboração do projeto.

2. Referencias projetuais: Essa etapa é um incremento para o projeto em questão, pois nela será feita a análise de três estudos de casos limitados ao internacional, nacional e regional, semelhantes ao tema abordado. Esses estudos de casos servirão para expandir a percepção das necessidades do objeto de pesquisa, permitindo definir conceito, partido arquitetônico, programa de necessidades e as melhores técnicas construtivas, materiais, entre outros.

3. Diagnóstico do terreno: a escolha do terreno, no qual será implantado o objeto arquitetônico será feita através do Google Earth e visitas in-loco, analisando condicionantes físicos e legais como o entorno, topografia, legislação vigente da cidade de Barra do Corda.

4. Estudo preliminar: a partir dessa etapa, inicia-se o projeto arquitetônico final que irá consistir na elaboração do conceito e partido arquitetônico, programa de necessidades, fluxograma, zoneamento, setorização e pré-dimensionamento com base nos que foi coletado nas análises dos estudos de casos e pesquisas bibliográficas.

5. Projeto arquitetônico: a última etapa consiste na elaboração projeto de arquitetura com plantas, fachadas, detalhamentos e maquete eletrônica. Para tal, foram utilizados softwares como AutoCad e Sketchup.

5 REFERENCIAL TEÓRICO

5.1 Violência contra mulher: perspectiva histórico-cultural

Ao buscar entender a violência contra a mulher baseado nas perspectivas sexistas, é preciso que se faça um percurso de volta a herança cultural deixada para a mulher. A categorização e o julgamento das mulheres tem sido guiadas por visões sociais e biológicas, fatores decisivos para as desigualdades de gênero, onde um sexo possui maior valor que o outro.

Existiam muitas desigualdades entre os homens e mulheres na Grécia Antiga, por exemplo. As mulheres não possuíam direitos jurídicos, eram privadas de receber uma educação formal, dentre muitas outras proibições, enquanto isso os homens, possuíam todos os direitos possíveis nesta época. Segundo Vrissimtzis (2002):

[...] o homem detinha todo direito, era polígamo, soberano, suas ações eram indiscutíveis na sociedade tipicamente dominada pelo machismo, a qual pode ser descrita como o 'o ambiente masculino mais segregador de todos os tempos'. Não apenas detinha todos os direitos civis e políticos, mas, também, domínio plano sobre a mulher. (VRISSIMTZIS, 2002, p. 38)

Estas privações colocavam a mulher no mesmo patamar que as crianças e os escravos estavam. Era negada a elas, sua identidade como indivíduo político, público e até mesmo sexual, as mulheres eram apenas os depósitos da raça humana, seres responsáveis por carregar novas vidas, dando-lhe a função única de procriadora e nada mais. Isto pouco mudou, com o surgimento da cultura judaico-cristã, no qual o Cristianismo colocava a mulher como ser que causava a expulsão dos homens do paraíso e para evitar isso, as mulheres deveriam manter uma postura passiva, submissa e obediente aos homens, deste modo elas conseguiriam sua salvação.

Dessa forma, a religião conduzia os comportamentos das mulheres e induzia às suas consciências a culpa, isso permitiu que fosse mantida a relação de submissão e dependência por anos. Além da religião, a medicina corroborou para que esta visão sobre as mulheres continuasse. Durante o século XVI, médicos entendiam e afirmavam a experiência de um corpo canônico que seria o corpo do homem. Nessa visão os órgãos internos femininos eram tidos como órgãos defeituosos. Diante disso, observa-se que a mulher seria um ser defeituoso, um ser inferior e esta visão durou muitos anos (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015)

Esta perspectiva na qual só existia um único sexo dominou por muito tempo, pois o homem era o único objeto e formador do conhecimento humano. Durante esse período onde o androcentrismo imperava e a mulher não possuía espaço algum. Somente com a formação da vida econômica, política e cultural dos homens que foi visto que seria necessário repensar essa visão de único sexo.

Mesmo com a visão de único sexo tivesse acabado ainda continuou sendo colocado para a mulher o papel subserviente ao homem. A perspectiva naturalista que perdurou até o fim do século XVIII determinava uma posição social diferente para ambos os sexos. Enquanto aos homens eram designadas as atividades nobres como a política, engenharia, artes, filosofia e religião, as mulheres deveriam ocupar-se de casa, do cuidado dos filhos, e a tudo aquilo que diretamente fosse ligado às tarefas domésticas (COSTA, 2021).

Essas visões começaram a ser modificadas com os ideais da Revolução Francesa (1789). Na qual as mulheres envolveram-se ativamente nesse percurso revolucionário lado a lado com os homens, pois acreditavam que as insígnias de igualdade, fraternidade e liberdade estariam expandidas para homens e mulheres (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015)

Ao perceberem que os avanços políticos não seriam dados há ambos os gêneros, algumas mulheres se reuniram para reivindicar os seus direitos. Dentre elas, Olympe de Gouges (1971), autora do texto *Os Direitos da Mulher e da Cidadã* onde faz duras críticas e questionamentos sobre a questão da igualdade de gênero (COSTA, 2021).

Em seguida, durante a solidificação do capitalismo no século XIX houve grandes mudanças na sociedade. Os modos de produção modificaram o aspecto trabalhista das mulheres, e isso levou uma grande quantidade delas para as fábricas. A mulher então sai do ambiente privado que até o momento era reservado a ela, e passa a trabalhar no âmbito público. E é nesse contexto que retrucam a visão de inferioridade feminina em relação ao homem e se organizavam para mostrar que conseguem e podem fazer o mesmo que eles, e desta forma se inicia o percurso do Feminismo (COSTA, 2021).

Diante disso, ao questionar a estruturação social presente das diferenças entre os sexos, as feministas formularam a acepção de gênero e dessa forma, abriram-se portas para se analisar a dominação e exploração edificada durante séculos. A violência contra a mulher carrega em sua história a relação entre gêneros, classes e

etnias e as relações de poder. Estas relações perpassam por uma ordem patriarcal que predomina na sociedade brasileira, onde os homens possuem o direito de controlar e possuir domínio sobre as mulheres com quem se relacionam e tal relação abusiva ao chegar em casos extremos, tem como consequência a violência (GUIMARÃES; PEDROZA, 2015).

“O uso de patriarcado enquanto um sistema de dominação dos homens sobre as mulheres permite visualizar que a dominação não está presente somente na esfera familiar, tampouco apenas no âmbito trabalhista, ou na mídia ou na política. O patriarcalismo compõe a dinâmica social como um todo, estando inclusive, inculcado no inconsciente de homens e mulheres individualmente e no coletivo enquanto categorias sociais” (MORGANTE; NADER, 2014, p. 03).

Em outras palavras, o homem detém de oportunidades melhores, benefícios, em detrimento de mulheres e outros grupos socialmente excluídos. A desigualdade de gênero passa, assim, a ser um dos eixos estruturantes da sociedade, entrelaçando-se com a de raça e a de classe (CUNHA, 2014).

5.2 Violência contra as mulheres e a lei Maria da Penha

O dicionário Michaelis define “violência” como qualidade ou característica do de violento; ato de crueldade; emprego de meios violentos; fúria repentina. O termo denota grande alargamento de nomeações, que vão desde as formas mais cruéis da tortura e do assassinato em massa, até aspectos mais sutis, mas considerados opressivos na vida cotidiana (SCHRAIBER, 1999; D’OLIVEIRA, 1999).

A concepção a respeito da violência abrange não só a agressão e uso da força, mas também o uso de palavras que causam agressão psicológica à pessoa, ambas as formas resultando em sofrimento, tortura e até mesmo na morte. A violência ganhou proporções alarmantes, caracterizando-se atualmente como um fenômeno histórico e social, constante em todos os países, independente do seu nível de desenvolvimento.

Segundo consta na Lei 11340/2006, em seu art. 7º, inciso II, a violência psicológica é: “Percebida como qualquer comportamento que [...] cause agravo emocional [à mulher] e redução da autoestima ou que lhe deprecie e altere o pleno desenvolvimento ou que vise desmoralizar ou controlar suas ações.”

Ou seja, a violência doméstica, não precisa ser necessariamente física para comprometer a saúde e bem estar físico e mental da mulher, havendo necessidade

de se pensar em um atendimento que vise não apenas a violência física, mas que, compreenda a violência em todas as suas formas, quais suas implicações para a mulher agredida bem como, que determinantes a caracterizam como problema de saúde pública (SANTOS; IZUMINO, 2005).

Além de violência física e psicológica, também pode ser urbana, institucional, intrafamiliar, desencadeando-se de diversas maneiras (BANDEIRA, 2014).

A violência contra a mulher, geralmente tratada como violência doméstica ou “como sinônimo de violência familiar e, não tão raramente, também de violência de gênero” (SAFFIOTI, 2015, p. 46-47). A palavra “gênero” é utilizada para designar as relações efetivadas entre homens e mulheres formados por contextos políticos, culturais, sociais e econômicos e não por uma determinação biológica e natural (SCARDUELI, 2012).

Dentre essas maneiras ou conceitos, pressupõe-se também a violência de gênero que assume caráter histórico e social. O conceito violência de gênero pode ser entendido como a relação de poder e de dominação do homem e de submissão da mulher em que os papéis impostos à eles, firmados ao longo da história induzem as relações violentas. Esse tipo de violência já está tão enraizado na nossa cultura e outras tantas, que é considerada “normal”, como se fizesse parte da natureza humana (SCARDUELI, 2012).

Desde o final da década de 1970, a temática da violência contra mulheres é uma das prioridades dos movimentos feministas e de mulheres no Brasil. Esses movimentos causaram impacto na implementação de políticas públicas, logo, pode-se destacar três momentos importantes nesse contexto como da criação da primeira delegacia da mulher, em 1985; o do surgimento dos Juizados Especiais Criminais, em 1995; e o da promulgação da Lei 11.340, em 2006, conhecida como Lei “Maria da Penha” (ARAÚJO, 2016).

A Lei 11.340, de 2006, nomeada Lei Maria da Penha homenageia Maria da Penha Fernandes, uma farmacêutica bioquímica brasileira que resistiu a sérias agressões por 6 anos e a duas tentativas de assassinato. A primeira tentativa de assassinato aconteceu em 1983 quando ela levou um tiro nas costas enquanto dormia. Seu marido, o professor universitário Marco Antonio Herredia Viveros, alegou que foram atacados por assaltantes. Como resultado, Viveros saiu impune e Maria ficou paraplégica aos 38 anos (ARAÚJO, 2016).

A Lei Maria da Penha está voltada para a promoção da equidade de gênero e para a redução das diferentes formas de vulnerabilidade social, apontando a necessidade de políticas públicas articuladas e capazes de incidir sobre o fenômeno da violência contra a mulher. Ela reafirma os compromissos firmados na Constituição Federal, na Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Violência contra a Mulher e na Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, dispondo sobre a criação de Juizados de Violência Doméstica e Familiar contra a Mulher e de medidas de assistência e proteção às mulheres vítimas desta violência (CUNHA, 2014).

5.3 Situação De Violência em Barra do Corda – MA

Segundo a Carta de Serviço (2014), a estruturação de segurança pública do município de Barra do Corda é composta pela Delegacia de Polícia, que atende o público em geral e pela Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEM) que atua no combate da violência contra mulher. O policiamento da cidade é realizado pela polícia militar, civil e corpo de bombeiros.

No ano de 2020, as ligações ao número de emergência da Polícia Militar sobre situações relacionadas a violência doméstica cresceram 3,8% (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2020).

A violência doméstica apresenta complexidades próprias. O que a define é a relação afetiva na qual se inscreve. Ela se caracteriza como uma violência cíclica, tramada conjuntamente, ainda que não igualmente, entre os sujeitos desta relação. Isto não significa que as mulheres sejam cúmplices de seus agressores, mas por diversas situações acabam cedendo à violência (CUNHA, 2014, p. 165).

Em Barra do Corda, os dados fornecidos pela DEAM mostram que o total e crimes - ameaças, lesão corporal, estupro e estupro de vulnerável, assédio, feminicídio, entre outros - contra a mulher tiveram o aumento de 12% do ano de 2020 para 2021.

No entanto, o ano de 2020 e 2021 foram atípicos para o Brasil e para o mundo. A pandemia do novo coronavírus impôs uma série de medidas e normas de proteção e isolamento social. Logo, não se pode tratar de estatística nesse período sem considerar as peculiaridades que vivemos.

Dessa forma, a possibilidade de subnotificação é enorme pois o convívio muito mais intenso e duradouro junto a seu agressor, em geral seu parceiro, constrange a mulher a realizar uma ligação telefônica ou mesmo de dirigir-se às autoridades competentes. (ANUÁRIO BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA, 2021).

5.4 Centro de Referência e Apoio a Mulheres em Situação de Violência

A violência contra a mulher tem sido uma problemática que tem ganhado cada vez mais destaques nas discussões e preocupações da sociedade. Sabe-se que tal violência não é um fenômeno exclusivo da contemporaneidade, mas o que se percebe é que a visibilidade política e social desta problemática tem um caráter recente, visto que somente nos últimos 50 anos é abordado a gravidade e seriedade das situações de violências sofridas pelas mulheres em suas relações de afeto (Guimarães; Pedroza, 2015).

Assim, nas últimas cinco décadas os movimentos de mulheres causaram impacto na expansão de abrigos e serviços relacionados. O primeiro centro de mulheres foi estabelecido em Hounslow, Grã-Bretanha no ano de 1971, serviu como refúgio para sobreviventes de violência doméstica, porém não era oficializado. (UN WOMEN, 2016).

No Brasil, as décadas de 70 e 80 marcaram o fortalecimento dos movimentos sociais. Após mais de 20 anos de regime ditatorial, mudanças aconteciam não só na forma de governo, mas começavam a acontecer nas políticas públicas. (POLITIZE, 2016).

Seria incorreto pensar estes “momentos” como ocorrências singulares ou epifenômenos decorrentes de um fator exclusivo ou mesmo de um processo linear de desenvolvimento das lutas feministas e as políticas públicas. A metáfora da “onda”, que expressa o fluxo e o refluxo dos movimentos feministas em constante transformação no correr das águas misturadas entre o passado e o futuro, também se aplica ao processo de construção de políticas públicas e ao curso das relações entre as instituições governamentais e os discursos feministas que circulam em diversos espaços sociais e institucionais, fora e dentro do Estado. (SANTOS, 2008, p. 02).

A pressão causada fizeram os governos implantarem programas que favoreciam o ser feminino.

As feministas têm lutado por “serviços integrados” de atenção às mulheres em situação de violência: serviços psicológicos, de assistência social, de saúde e de orientação jurídica; serviços policiais capacitados para esta

questão; casas abrigo; e medidas preventivas sobretudo no campo da educação. (SANTOS, 2008, p. 06).

O primeiro centro de referência para mulheres no país foi resultado da mobilização do movimento feminista da época. Fundado em 9 de março de 1990, sob gestão Luiza Erundina, a Casa Eliane de Grammont, localizado na Zona Sul de São Paulo foi pioneira no atendimento especializado a mulheres vítimas de violência doméstica e sexual. Após a inauguração, outros centros de referências foram abertos na cidade (G1, 2021). O nome homenageia Eliane de Grammont, cantora e compositora assassinada por seu marido durante uma apresentação em uma casa de show na capital paulista no dia 30 de março de 1981.

Figura 03: Casa Eliane de Grammont, São Paulo



Fonte: Google imagens

Em São Luís, capital estado do maranhão, A Casa da Mulher Brasileira é vinculado à Secretaria de Estado da Mulher (SEMU) e soma aos vários serviços oferecidos na instituição e reforça o acolhimento à mulher vítima de violência. Dentre os serviços ofertados, estão o processo judicial eletrônico, apoio da equipe militar da patrulha Maria da Penha, além de disponibilizar o aplicativo Salve Maria, acolhimento na casa, aplicação de medidas para prisão preventiva e determinação de uso de tornozeleira eletrônica aos autores da violência (G1, 2022).

Figura 04: A Casa da Mulher Brasileira, São Luís – MA



Fonte: Governo do Maranhão, 2022.

A proposta desse projeto de pesquisa leva em consideração o que está descrito na Norma Técnica de Uniformização dos Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência de 2006.

Os Centros de Referência são espaços de acolhimento/atendimento psicológico, social, orientação e encaminhamento jurídico à mulher em situação de violência, que proporcione o atendimento e o acolhimento necessários à superação da situação de violência ocorrida, contribuindo para o fortalecimento da mulher e o resgate da sua cidadania. (NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO, 2006, p.15).

Portanto, compreende-se que os centros devem ser o primeiro local o qual essa mulher em situação de violência deve buscar, pois ele tem a função de exercer um papel de articulador das instituições e serviços governamentais e não governamentais que integram a Rede de Atendimento e ações multidisciplinares como aconselhamento em momentos de crise, atendimento psicossocial, aconselhamento e acompanhamento jurídico, atividades de prevenção, qualificação de profissionais, articulação da rede de atendimento local, levantamento de dados locais sobre a situação da violência contra a mulher (NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO, 2006).

O Centro de Referência deve promover a responsabilização do agressor, por meio de encaminhamento - e monitoramento - do caso para o sistema de segurança pública e de justiça e acompanhamento da mulher em situação de violência nos contatos com esses equipamentos. (NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO, 2006, p.16).

Considerando a importância que dos centros de referências, a norma estabelece diretrizes gerais para seu funcionamento - objetivando garantir a qualidade

dos serviços- bem como os mobiliários, instrumentos, profissionais que iram compor esse equipamento, serviços ofertados, entre outros.

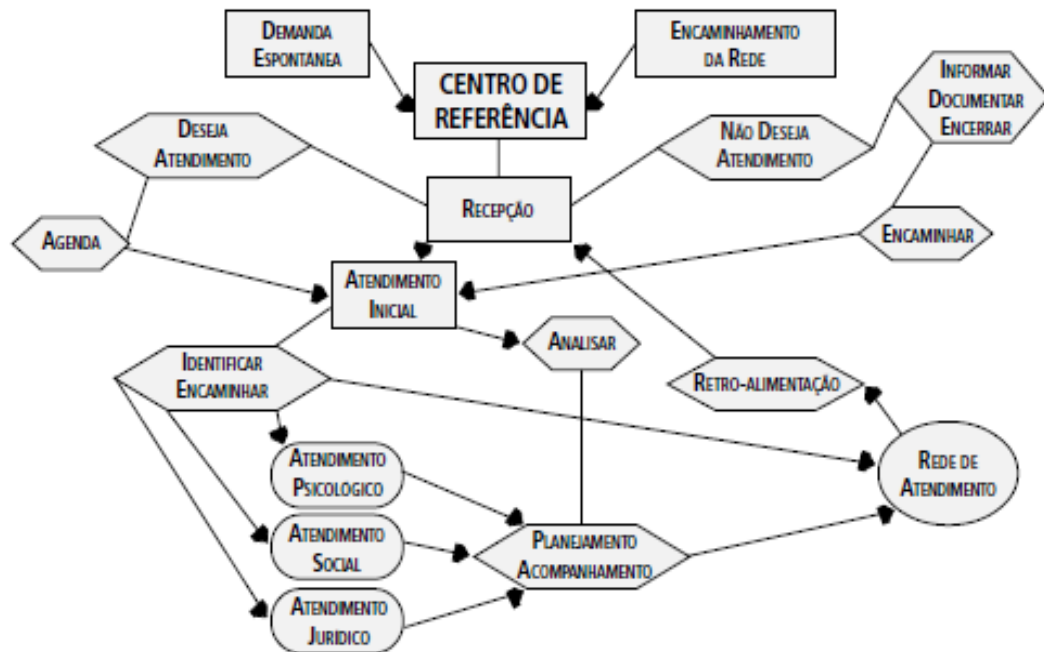
De acordo com a Norma Técnica de Uniformização (2006), no tópico VIII é definido a metodologia de funcionamento e atendimento, dividido 4 fases distintas para atender essas mulheres em situação de vulnerabilidade e tópico XI estabelece um fluxograma para esse atendimento (Figura 02).

Na fase 1 - Acolhimento e Informações Gerais -, o atendimento é iniciado pela equipe administrativa que irá mostrar informações gerais sobre o Centro de Referência e sobre a Rede de Atendimento, esclarecer dúvidas e verificar seu interesse em ter uma entrevista individual os profissionais do atendimento inicial, tudo acontece de acordo com o desejo da mulher e em sigilo. Após a fase de acolhimento, a 2 etapa é definida como Orientação à Mulher em Situação de Violência – Diagnóstico Inicial e Encaminhamento, onde a mulher é encaminhada para o atendimento inicial, se desejar, cujo acompanhamento será feito por um (a) psicólogo (a) e um (a) assistente social, entretanto, caso a mulher tenha sido violentada nas últimas 72 horas o encaminhamento a está segunda fase é feito de forma imediata e emergencial. A continuidade do atendimento se dá por meio da 3ª fase, nomeada de Diagnóstico Aprofundado e Atendimento, objetivando o aprofundamento do diagnóstico preliminar elaborado pelos profissionais do atendimento inicial, adotando sempre uma postura de acolhimento, de modo a fortalecer o vínculo e conquistar confiança dessa mulher em estado de vulnerabilidade.

A fase 4 - Monitoramento do Atendimento e Encerramento do Atendimento, determina que o contato com os demais equipamentos da rede de atendimento à mulher deverá ser mantido para que a situação da mulher seja acompanhada e monitorada através de relatórios periódicos. O desligamento do serviço será feito somente quando for verificada a superação da situação de violência e o fortalecimento de mecanismos psicológicos e sociais que tornem viáveis a autodeterminação da mulher.

O fluxograma de atendimento mostra de forma clara e rápida como deve ser realizado a recepção dessas mulheres (Figura 02).

Figura 05: Fluxograma de Atendimento



Fonte: NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO DOS CENTROS DE REFERÊNCIA DE ATENDIMENTO À MULHER EM SITUAÇÃO DE VIOLÊNCIA, 2006, p.39

6 REFERENCIAL PROJETUAL

Na arquitetura, antes de conceber um projeto é realizado um estudo da temática para entender o equipamento a se projetar, é preciso também estudar outros locais que se assemelham ao objeto de trabalho e que possam servir para fundamentar a proposta. Desta forma, os estudos de caso se fazem tão importantes na concepção de um projeto arquitetônico.

Nesse item serão apresentados aspectos ou tipologias semelhantes ao projeto do Centro de Referência para Mulheres em situação de Violência. Em esfera internacional, o Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica de Tel-AvivYafo, em Israel; como referência nacional, a Casa da Mulher Brasileira, em São Luis - MA; e em parâmetro regional, a Sede Castanhas de Caju, em Bom Jesus; com a finalidade de analisar e compreender a concepção arquitetônica dessas edificações, assim como os aspectos funcionais, espaciais, estruturais e volumétricos pertencentes a elas.

6.1 Internacional - abrigo para vítimas de violência doméstica

6.1.1 Informações Gerais do Projeto

Localização: Israel

Autoria de projeto: Amos Goldreich Architecture, Jacobs Yaniv Architects

Área: 800,00 m²

Ano do projeto: 2018

6.1.2 Histórico

O abrigo para vítimas de violência doméstica de Israel, foi idealizado em parceria entre um escritório localizado na cidade de Londres e uma empresa local: Amos Goldreich Architecture e Jacobs-Yaniv Architects, respectivamente. Além disso, o projeto e sua construção contou com a colaboração da equipe que iria utilizá-lo. Esse equipamento servirá de refúgio para mulheres e crianças vítimas de violência e abusos. “Dados sinalizam que mais de 45% das mulheres em Israel, assim como muitos países no oeste, serão vítimas de violência doméstica em algum momento das

suas vidas e recentes estatísticas indicam que 45% das crianças em Israel também estão sujeitas à violência. É uma epidemia mundial” (ARCHDAILY, 2018, p. 01).

6.1.3 Conceito e partido arquitetônico

O conceito principal do projeto foi baseado em uma analogia feita por Amos Goldreich com o trabalho do artista Eduardo Chillida no seu projeto Okamoto, que projetou ao escavar uma montanha, de modo que Goldreich associou a ideia de uma pedra sendo escavada por dentro. Isso levou a criação de uma briga com duas fachadas, uma externa rústica passando ideia de segurança e proteção e uma interna lisa e delicada voltada para o jardim central, o “coração” terapêutico do abrigo”. (ARCHDAILY, 2018).

Figura 06: Fechada externa protetora



Fonte: ArchDaily Brasil , 2018.

Figura 07: Fachada interna com jardim central



Fonte: ArchDaily Brasil , 2018.

6.1.5 Acessos e Implantação

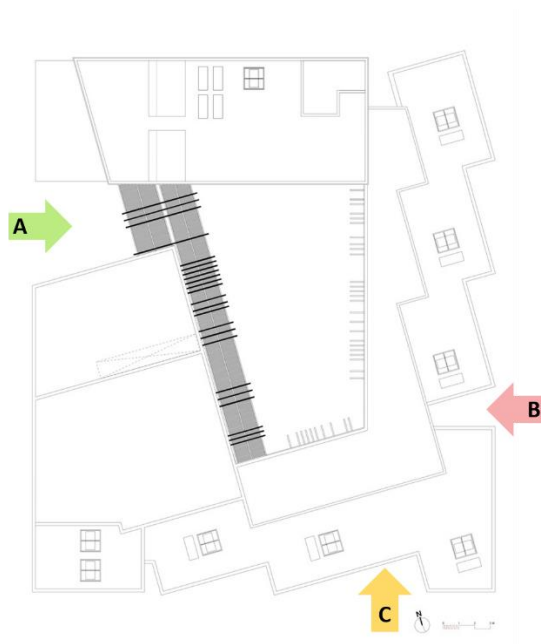
A edificação apresenta acesso principal (A) e secundário (B) para pedestres e acesso de funcionários (C). A implantação conta com o conjunto de blocos, área para embarque e desembarque e estacionamento.

Figura 09: Acessos principais ao abrigo



Fonte: Google imagens. 2022, editado pela autora.

Figura 10: Acessos principais ao abrigo



Fonte: ArchDaily Brasil. 2022, editado pela autora.

6.1.6 Entorno

O terreno do abrigo mede 1600 metros quadrados, localizado em um bairro residencial tranquilo e cercado por casas residenciais particulares e blocos de apartamentos. Os estudos especificavam um local ao alcance dos recursos da comunidade local, ou seja, lojas, empregos, clínicas de saúde, escolas, parques e outros espaços verdes, centros de aconselhamento e instalações recreativas. (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

Figura 11: Entorno do abrigo



Fonte: Google Imagens, 2022.

6.1.7 Aspectos Espaciais

O espaço foi desenvolvido para transmitir sentimentos de segurança, aconchego, que é sentido no nosso lar. Por esse motivo ele foi projetado como um povoado, com espaços privados para até 12 famílias, como uma espécie de casa. Cada família tem três filhos em média, então o projeto do edifício foi baseado em uma população flutuante de mais de 24 moradores ao mesmo tempo. O jardim central é responsável por ligar essas residências servindo também como espaço de convivência entre os habitantes (AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE, 2018).

6.1.8 Aspectos Plásticos e Volumétricos

O prédio apresenta blocos com volumetria variada. Os materiais utilizados são o tijolo que recobre todo o edifício e o vidro que fica responsável por fazer os fechamentos internos da edificação. São materiais de baixa manutenção e com boa durabilidade. Além disso, o prédio foi pensado para se adequar ao bairro

Figura 12: Fachada



Fonte: Agarchitecture. 2018.

6.1.9 Correlação entre Análise e Proposta Arquitetônica

A escolha do abrigo foi embasada nos seguintes fatores: disposição do programa necessidades, além disso da ideia de cada casa destinada a família se ligar a um pátio central proporciona aos usuários uma sensação de acolhimento que é um dos objetivos do Centro de Referência de Barra do Corda. Os materiais utilizados e a volumetria que a edificação apresenta também são motivos determinantes para escolha desse projeto.

6.2 Nacional - Casa da Mulher Brasileira

6.2.1 Informações Gerais do Projeto

Localização: São Luís - MA

Autoria do projeto: Valeria Laval, projeto do Governo Federal

Área: Tipo I – 3.670,00 m²;

Ano do projeto: junho de 2019

6.2.2 Histórico

A Casa da Mulher Brasileira é um projeto do governo federal, que visa a acolher mulheres que sofrem todos os tipos de violência. É uma inovação no atendimento humanizado às mulheres. O espaço oferece serviços especializados para o atendimento às mulheres em situação de violência, tais como: acolhimento e triagem; apoio psicossocial; delegacia; defensoria pública; promoção de autonomia econômica; central de transporte; espaço para jogos; alojamento de trânsito; serviço de saúde; Ronda Maria da Penha. A Casa faz parte do “Programa Mulher Vivendo sem Violência”, sendo uma das estratégias de enfrentamento à violência de gênero. (ONU MULHERES)

6.2.3 Conceito

Ser um espaço acolhedor e seguro para ofertar acolhimento e atendimento humanizado; Priorizar a redução de custos, em conformidade com os princípios da eficiência e da economicidade na Administração Pública; Ter unidade visual e arquitetônica da Casa em todos os locais onde ela for implementada, de maneira a constituir-se como uma referência para as mulheres em situação de violência.

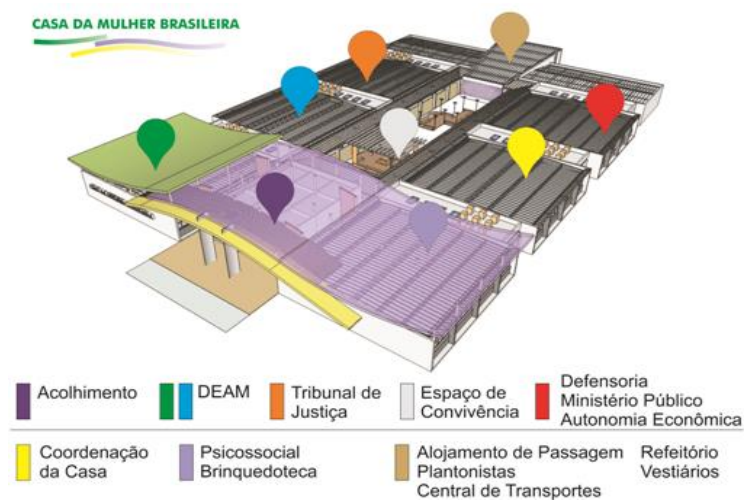
6.2.4 Partido Arquitetônico

Existem quatro tipologias para a construção da edificação da Casa da Mulher Brasileira. Todas devem se adequar ao terreno na qual serão locadas, mas todas deverão ser construídas em alvenaria de blocos de concreto comum, refletindo umas das grandes diretrizes de obras públicas que é a redução de custos e uma velocidade menor do tempo de construção. (SILVA, N., 2017)

6.2.5 Programas de Necessidades

A Casa da Mulher Brasileira é composta por vários espaços, cada um com especialidades distintas. Entre eles, o acolhimento, na porta de entrada da Casa da Mulher Brasileira. Forma um vínculo de confiança, agiliza o encaminhamento e inicia os atendimentos oferecidos pelos demais serviços da Casa, ou pelos demais serviços da rede, quando necessário. Apoio Psicossocial que ajuda a superar o impacto da violência sofrida e a resgatar a autoestima e a cidadania. Delegacia Especializada no Atendimento à Mulher (DEAM) é a unidade da Polícia Civil para ações de prevenção, proteção e investigação de crimes de violência doméstica e sexual, entre outros. A Defensoria Especializada na Defesa dos Direitos da Mulher orienta as mulheres sobre seus direitos, oferece assistência jurídica e acompanha todas as etapas do processo judicial. Espaço de Jogos, destinado a crianças com idade de 0 a 12 anos. Central de transporte, alojamento de transito servindo como um espaço temporário, serviços de saúde e ronda Maria da Penha. (ONU MULHERES)

Figura 13: Esquema da disposição dos serviços oferecidos na Casa da Mulher Brasileira.



Fonte: Governo Federal, 2015.

6.2.6 Acessos e Implantação

A casa da Mulher Brasileira se encontra no bairro Jaracaty, em São Luis-MA. Existem dois acessos, no entanto, segundo observações no Google Earth, apenas um desses portões é utilizado para acesso da edificação, seja de pedestre ou veículos.

Figura 14: Entorno e acessos à Casa da Mulher Brasileira



Fonte: Google Earth. 2022, editado pela autora.

6.2.7 Entorno

O entorno da Casa da Mulher brasileira é composto em sua grande maioria por residências de média e baixo padrão. O bairro Jaracaty é predominantemente composto por residências. Especificamente no entorno da Casa da Mulher Brasileira, encontram-se bastante prédios residenciais, como se percebe na imagem.

6.2.8 Aspectos Espaciais

Os arquitetos buscaram na solução formal um conjunto de vários módulos, onde cada uma iria abrigar um serviço específico. Dentro de casa módulo, fez-se a divisão de ambientes com divisórias que trazem ao edifício uma flexibilidade e todos se ligariam a um pátio central sendo ele o definidor da circulação. (SILVA, N., 2017)

Figura 15: Pátio central a Casa da Mulher Brasileira.

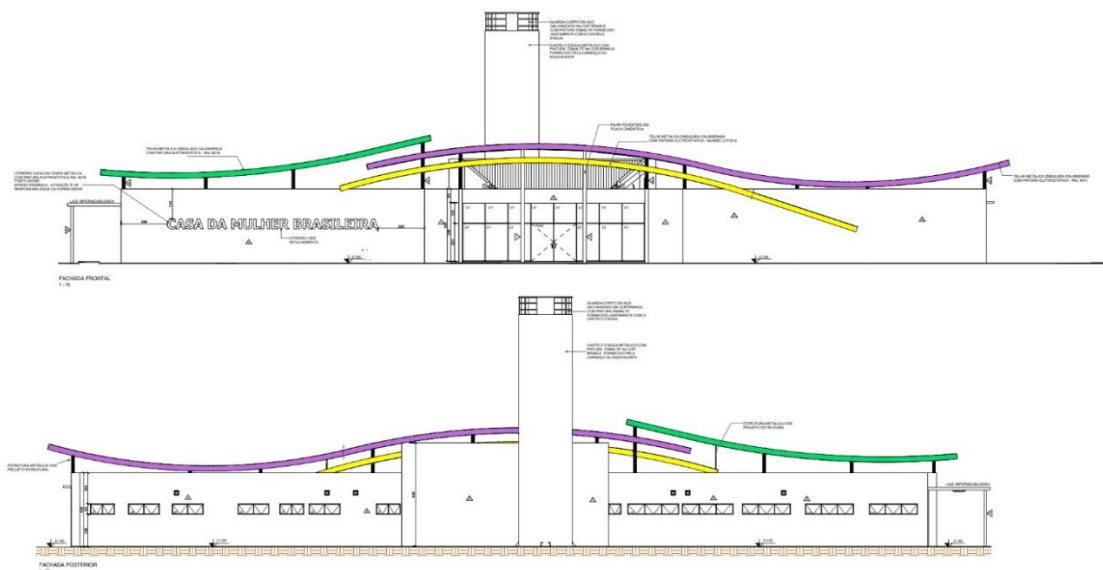


Fonte: Casa da Mulher Brasileira, São Luís - MA, 2022.

6.2.9 Aspectos Plásticos e Volumétricos

Como a Casa da mulher brasileira é uma construção do governo, a obra utiliza-se de um sistema construtivo que lhe permita rapidez de execução e diminuição de custo. Dentre os materiais que ganham destaca-se nessa obra as telhas metálicas onduladas, pintadas em amarelo, verde e roxo, fazem alusão as cores da bandeira e também à acolhimento transmitido pela cor roxa.

Figura 16: Fachada frontal e posterior



Fonte: Diretrizes Programáticas para implementação da Casa da Mulher Brasileira, 2020.

6.2.10 Correlação entre Análise e Proposta Arquitetônica

A escolha da Casa da Mulher Brasileira como referência ocorreu em razão de dois motivos: o primeiro deles tem a ver com o programa de necessidades, bem como sua setorização, e o segundo pela forma como sua volumetria foi pensada para trazer esse acolhimento através dos materiais. Apesar de se tratar de espaço destinado a um programa social do governo federal a arquitetura foi pensada levando em consideração os usuários desse edifício.

6.1 Regional - Sede Castanhas de Caju

6.3.1 Informações Gerais do Projeto

Localização: Bom Jesus das Selvas – MA

Autoria do projeto: Estúdio Flume

Área: 106 m²;

Ano do projeto: 2018

6.3.2 Histórico

O projeto faz parte de um conjunto de obras de reforma e construção de espaços para pequenas cooperativas e associações no interior dos estados de Maranhão e Pará. Segundo Estúdio Flume, ele representou grandes oportunidades como o sentimento de defesa de justiça social, a garantia de segurança no trabalho, o conforto no dia a dia, na rotina dessas mulheres. O projeto e obra para reforma e ampliação da cooperativa além de transformar uma pequena casa da comunidade na sede de trabalho do grupo, também modificou o local, pois ele virou ponto de encontro dos vizinhos.

6.3.3 Conceito

O projeto baseia-se em princípios bioclimáticos, logo, incorpora conceitos de conforto térmico para atender a demanda por um espaço que tenha baixo custo de manutenção, em um clima tropical semiúmido. (ArchDaily Brasil, 2020)

6.3.4 Partido Arquitetônico

O orçamento apertado e os prazos de construção estimularam a reutilização do máximo possível da estrutura do edifício existente, e a introduzir uma paleta limitada de materiais. Para isso, as técnicas tradicionais de alvenaria e os tijolos cerâmicos foram determinantes nesse projeto (SustentArqui, 2020). O bloco cerâmico de 8 furos, assentado horizontalmente, foi proposto como principal elemento construtivo, além das portas pivô venezianas. Estes elementos garantem a constante ventilação dos ambientes, fundamental para as regiões do Nordeste caracterizadas por altas temperaturas.

6.3.5 Programas de Necessidades

A Sede Castanhas de Caju é composta por vários espaços de trabalho com funções distintas. Ao lado da entrada existem dois banheiros, logo depois, localizada no centro da sede tem-se a quebra individual de castanha (5). No lado direito, os espaços são destinados ao preparo do produto como a área de cocção (01), torra (02) e secagem da castanha (04) e um corredor para movimentação de lenha (03). Já o lado esquerdo, são atribuídos os espaços referentes a embalagem e preparação final da mercadoria, como a higienização (06) e despiculização (10); balança (07), estufa de castanha (08) e depósito (09); e área de embalagem (11), loja (12) e administração (13).

Figura 17: Setorização

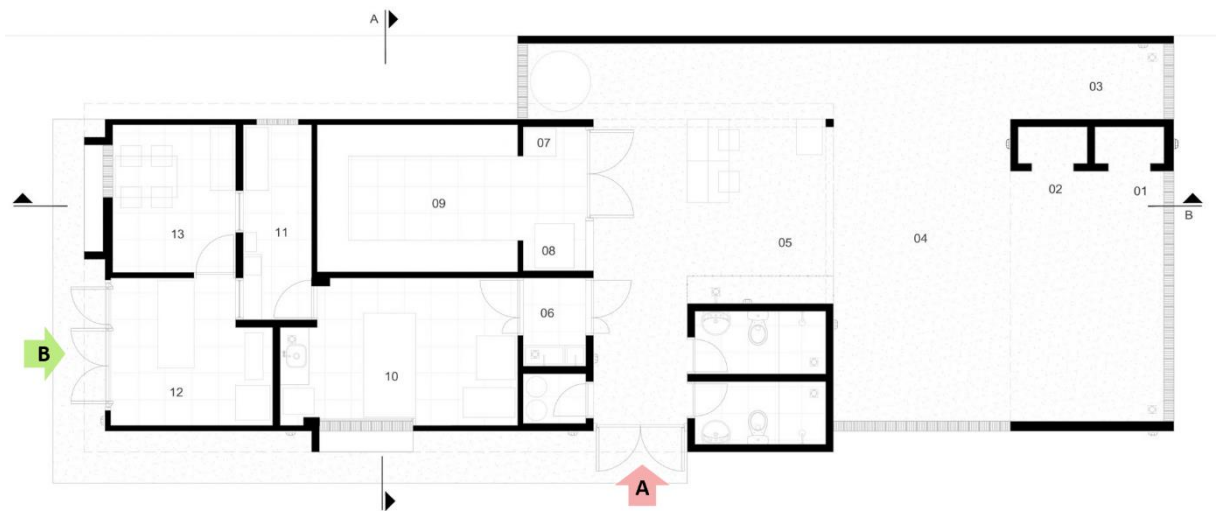


Fonte: CAU Brasil. 2022, editado pela autora.

6.3.6 Acessos e Implantação

A Sede Castanhas de Caju possui dois acessos, o primeiro (A) é por onde as mulheres da cooperativa entram, e o segundo (B) é o acesso a loja. Segundo a equipe responsável pelo projetos, a ausência de equipamentos públicos foi motivo para criar espaços de convívio entre comunidade e local. Dessa forma, a estética da casa possui marquises que tem a função de mobiliário urbano.

Figura 18: Acessos a edificação



Fonte: CAU Brasil. 2022, editado pela autora.

6.3.7 Entorno

O local do projeto, no interior do Maranhão, pertence ao clima tropical semi-úmido, na área dos cocais (transição entre os biomas da Amazônia e do Sertão). O local da sede é uma casa que teve seus ambientes reformados para atender as necessidades da cooperativa. Seu entorno é residencial e apresenta edificações em sua maioria térreas.

6.3.8 Aspectos Espaciais

A casa passou por um processo de reforma cuja estrutura foi reutilizada ao máximo pois o prazo de construção era curto e a orçamento limitado. Dentro de casa

fez-se a divisão de ambientes que trazem ao edifício uma setorização dos espaços trabalho e dentro da edificação existe um pátio central sendo ele o local de secagem das castanhas e também ponto de encontro de moradores da comunidade.

Figura 19: Pátio para secagem de castanhas.

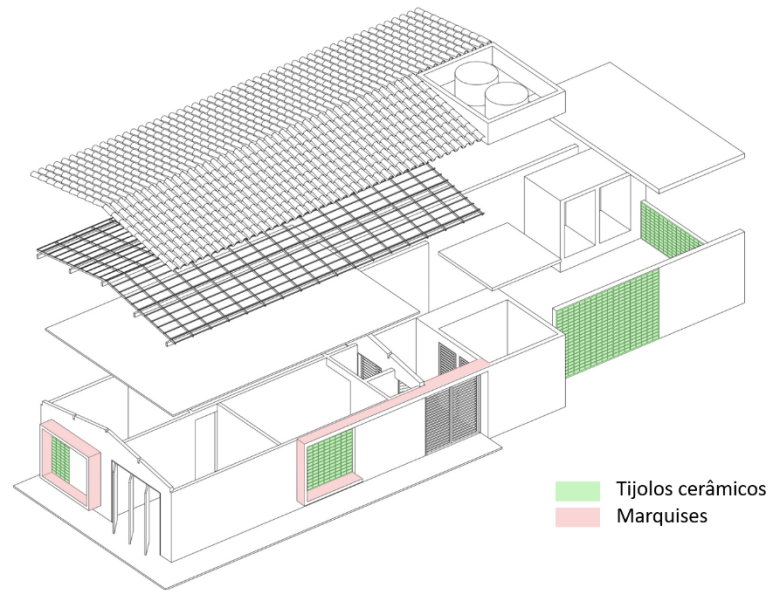


Fonte: Estúdio Flume, 2022.

6.3.9 Aspectos Plásticos e Volumétricos

O principal material que define a estética da casa é o tijolo cerâmico de 8 furos assentado no sentido horizontal. Ele foi utilizado como estratégia bioclimáticos mas também compõe a volumetria como um elemento vazado permitindo a passagem da ventilação. Além dele, a marquise é o diferencial do projeto, ela é utilizado como elemento arquitetônico e como mobiliário urbano. Foi pensada estrategicamente com intuito de unir a comunidade nesse ponto a fim de proporcionar ao moradores uma relação entre local e comunidade.

Figura 20: Elementos arquitetônicos da volumetria



Fonte: CAU Brasil. 2022, editado pela autora.

6.3.10 Correlação entre Análise e Proposta Arquitetônica

Apesar da Sede Castanhas de Caju não ser um local com atividades semelhantes ao projeto proposto as estratégias bioclimáticas utilizadas serviram como referências, bem como os materiais que se assemelham a região que irá receber o empreendimento. Além disso, a forma como os materiais foram utilizados estrategicamente para tornar a edificação um lugar convidativo aos moradores da comunidade chamou atenção nesse projeto podendo ser utilizado de artifícios como esses para tornar o Centro de Referência um lugar que acolhe as mulher vítima de violência doméstica.

REFERÊNCIAS

AMOS GOLDREICH ARCHITECTURE. **Abrigo para Vítimas de Violência Doméstica**. Disponível em: <<https://agarchitecture.net/portfolio/shelter-for-victims-of-domestic-violence/>>

ARAÚJO, T. L. L. **10 anos da Lei Maria da Penha**: O atendimento policial nos casos de violência doméstica e familiar contra a mulher. Revista Jusnavigandi, 2016.

ARCHDAILY BRASIL. **Sede Castanhas de Caju / Estudio Flume**. Disponível em: <<https://www.archdaily.com.br/br/931333/sede-castanhas-de-caju-estudio-flume>>
BANDEIRA L. M. **Violência de gênero**: a construção de um campo teórico e de investigação. *Rev Soc Estado* 2014.

BRASIL, Presidência da República, **LEI Nº 11.340**, DE 7 DE AGOSTO DE 2006. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11340.htm> Acesso em: 14 de mar. 2022.

BRASIL. Convenção Interamericana de 9 de jun. de 1994. **Convenção de Belém do Pará**: Convenção Interamericana para Prevenir, Punir e Erradicar a Violência contra a Mulher, 1994. Disponível em: <<http://www.cidh.org/basicos/portugues/m.belem.do.para.htm>> Acesso em: 01 de mar. 2022.

BRASIL. **NORMA TÉCNICA DE UNIFORMIZAÇÃO**: Centros de Referência de Atendimento à Mulher em Situação de Violência. Secretaria de Políticas para as mulheres. Brasília, 2006. Acesso em: 26 de fev. 2022.

COSTA, Alex Junio Duarte. **O contexto histórico da violência contra mulher e a atuação do psicólogo**. Revista Científica Multidisciplinar Núcleo do Conhecimento. Ano 06, Ed. 07, Vol. 04, pp. 21-37. Julho de 2021.

CUNHA, Bárbara. **Violência contra a mulher, direito e patriarcado: perspectivas de combate à violência de gênero**. Paraná, 2014.

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2020

FÓRUM BRASILEIRO DE SEGURANÇA PÚBLICA. **Anuário Brasileiro de Segurança Pública**. 2021

G1. **Casa da Mulher Brasileira amplia serviço de acolhimento à mulher vítima de violência**. 2015. Disponível em: <<https://g1.globo.com/ma/maranhao/noticia/2022/02/10/casa-da-mulher-brasileira-amplia-servico-de-acolhimento-a-mulher-vitima-de-violencia.ghtml>>

G1. **Prefeitura de SP quer terceirizar centro de atendimento a mulheres vítimas de violência**. 2021. Disponível em: <<https://g1.globo.com/sp/sao-paulo/noticia/2021/08/27/prefeitura-de-sp-quer-terceirizar-centro-de-atendimento-a-mulheres-vitimas-de-violencia.ghtml>>

GUIMARÃES, M. C.; PEDROZA, R. L. S. **Violência contra a mulher: problematizando definições teóricas, filosóficas e jurídicas.** Psicologia & Sociedade, 2015.

MORGANTE, Mirela Marin; NADER, Maria Beatriz. **O patriarcado nos estudos feministas: um debate teórico.** Rio de Janeiro, 2014.

Politize. **Direitos da mulher: avanços e retrocessos na legislação e políticas públicas.** Disponível em: <<https://www.politize.com.br/direitos-da-mulher-avancos-e-retrocessos/>>.

PREFEITURA DE SÃO PAULO. **Casa Eliane de Grammont completa 25 anos com presença do Prefeito Fernando Haddad.** 2015. Disponível em: <https://www.prefeitura.sp.gov.br/cidade/secretarias/direitos_humanos/mulheres/noticias/?p=191685>

RAGO, Margareth. **Inventar outros espaços, criar subjetividades libertarias / Margareth Rago.** São Paulo: E Cidade, 2015. 70 p.; Digital. – (Outras palavras; v.2).

SAFFIOTI, Heleieth. **GÊNERO PATRIARCADO VIOLÊNCIA.** 2.ed.—São Paulo: Expressão Popular: Fundação Perseu Abramo, 2015. 160p.

SANTOS, C. M.; IZUMINO, W. P. **Violência contra as Mulheres e Violência de Gênero:** Notas sobre Estudos Feministas no Brasil. V16, n. 1, 2005.

SANTOS, Macdowell Santos. **Da Delegacia da Mulher à Lei Maria da Penha:** lutas feministas e políticas públicas sobre violência contra mulheres no Brasil. Coimbra, 2008.

SÃO LUIS. Ministério Público do Estado Maranhão. Centro De Apoio Operacional De Direitos Humanos E Cidadania – CAOp/DHC. **REDE DE ATENDIMENTO ESPECIALIZADO À MULHER.** 2019. Ministério Público do Estado Maranhão. Disponível em: <<https://www.mpma.mp.br/index.php/mnu-caop-dh-areasint/27-centros-de-apoio/direitos-humanos/paginas-estaticas/8113-nucleo-da-mulher>> Acesso em: 21 de fev. 2022.

SCARDUEILI, Márcia Cristiane Nunes. **RELAÇÕES DE GÊNERO EM CAMPANHA SOBRE VIOLÊNCIA CONTRA A MULHER:** submissão feminina mantida. Santa Catarina, 2012.

SCHRAIBER, L. B., D'OLIVEIRA, A. F. L. P. **Violence against women: interfaces with Health care, Interface _ Comunicação, Saúde, Educação,** v.3, n.5, 1999.

SUSTENTARQUI. **Arquitetura bioclimática e permacultura em uma comunidade no Maranhão.** Disponível em: <<https://sustentarqui.com.br/arquitetura-bioclimatica-e-permacultura-em-uma-comunidade-no-maranhao/>>

UN WOMEN. **VIRTUAL KNOWLEDGE CENTRE TO END VIOLENCE AGAINST WOMEN AND GIRLS: SHELTER 15.** Disponível em: <<https://endvawnow.org/en/modules/view/15-shelter.html#categories%3E>>.

VRISIMTZIS, Nikos A. **Amor, Sexo e Casamento na Grécia Antiga.** Trad. Luiz Alberto Machado Cabral. 1. ed. São Paulo: Odysseus, 2002.